

Termo de Referência 43/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
43/2024	153164-UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA.MARIA/RS	LUCIMARA DALLA PORTA MENEZES FRIEDRICH	03/02/2025 10:04 (v 14.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC		softwares 2024

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços com vistas a futura e eventual contratação de licenças de softwares, com direito de atualização e suporte conforme especificações e quantidades indicadas neste Termo de Referência.

SERVIÇOS DO ITEM 1 AO 28							
GRUPO	ITEM	CATSER	Descrição	Tipo da licença	QT	Valor unitário R\$	Valor Total R\$
	1	27502	ADOBE CREATIVE CLOUD VIP TEAMS ALL APPS - EDUCACIONAL NAMED LICENSE	subscrição 12 meses	40	2.012,94	80.517,60
	2	27502	ADOBE CREATIVE CLOUD VIP TEAMS ALL APPS - EDUCACIONAL NAMED LICENSE	subscrição 36 meses	10	6.395,51	63.955,10
	3	27502	ADOBE ACROBAT PRO DC VIP TEAMS SINGLE APP - EDUCACIONAL NAMED LICENSE	subscrição 12 meses	20	1.208,40	24.168,00
	4	27502	ADOBE INDESIGN VIP TEAMS SINGLE APP - EDUCACIONAL NAMED LICENSE	subscrição 12 meses	10	1.208,40	12.084,00
	5	27502	ADOBE PHOTOSHOP VIP TEAMS SINGLE APP - EDUCACIONAL NAMED LICENSE	subscrição 12 meses	10	1.208,40	12.084,00
	6	27502	ADOBE ILLUSTRATOR VIP TEAMS SINGLE APP - EDUCACIONAL NAMED LICENSE	subscrição 12 meses	10	1.208,40	12.084,00
	7	27502	ADOBE CREATIVE CLOUD VIP ENTERPRISE ALL APPS - EDUCACIONAL SHARED DEVICE EDUCATION LICENSE LAB AND CLASSROOM	subscrição 12 meses	60	1.590,00	95.400,00
	8	27502	CANVA PROFESSIONAL	subscrição 12 meses	40	472,76	18.910,40
				subscrição			

	9	27502	CANVA EQUIPES	12 meses	30	858,60	25.758,00
	10	27502	DB2 LICENCIAMENTO DE RENOVACÃO IBM DB2 STANDARD EDITION VPC OPTION VIRTUAL PROCESSOR CORE LICENCE	subscrição 12 meses	16	9.644,57	154.313,12
	11	27502	DB2 LICENCIAMENTO DE RENOVACÃO IBM DB2 STANDARD EDITION VPC OPTION VIRTUAL PROCESSOR CORE LICENCE	subscrição 24 meses	16	20.253,61	324.057,76
	12	27502	ATLASSIAN TRELLO - TRELLO PREMIUM	subscrição 12 meses	20	743,99	14.879,80
	13	27502	CAPCUT PRO	subscrição 12 meses	10	365,59	3.655,90
	14	27502	SOFTWARE IBM SPSS AMOS CONCURRENT USER PARA USO EM LABORATÓRIO	subscrição 12 meses	50	9.885,72	494.286,00
	15	27502	SOFTWARE IBM SPSS STATISTICS STANDARD CONCURRENT USER	subscrição 12 meses	40	5.227,79	209.111,60
	16	27502	SKETCHUP PRO EDUCATIONAL PARA LABORATORIOS EM REDE	subscrição 12 meses	40	313,49	12.539,60
	17	27502	SOFTWARE SMARTPLS 4 PROFESSIONAL ACADEMIC - LICENÇA FLUTUANTE	subscrição 12 meses	40	3.761,94	150.477,60
	18	27502	SOFTWARE SMARTPLS 4 PROFESSIONAL ACADEMIC - LICENÇA NOMEADA	subscrição 12 meses	20	1.880,44	37.608,80
	19	27502	SISTEMA DE CONTROLE DE MATERIAIS COM FORNECIMENTO DE LEITOR DE CÓDIGO DE BARRAS	subscrição 12 meses	2	2.060,00	4.120,00
	20	27502	SOFTWARE MINECRAFT EDUCATION EDITION	subscrição 12 meses	50	46,78	2.339,00
	21	27502	SOFTWARE SNOV.IO PRO	subscrição 12 meses	2	5.381,57	10.763,140
	22	27502	SOFTWARE CONTROLE NUTRICIONAL DIETBOX	subscrição 12 meses	2	900,45	1.800,90
	23	27502	SOFTWARE INTELLIJ IDEA ULTIMATE EDUCACIONAL	subscrição 12 meses	5	1.793,64	8.968,20
	24	27502	SOFTWARE MAXQDA ANALYTICS PRO ACADEMIC	subscrição 12 meses	10	1.625,24	16.252,40
	25	27502	SOFTWARE PROJECT PLAN 3 FOR FACULTY EDUCACIONAL	subscrição 12 meses	40	430,03	17.201,20
	26	27502	MICROSOFT POWER BI PRO FOR FACULTY	subscrição 12 meses	80	208,05	16.644,00
	27	27502	SOFTWARE NVIVO 14 ACADEMIC	subscrição 12 meses	20	2.862,09	57.241,80
	28	27502	SOFTWARE CORELDRAW GRAPHICS SUITE EDUCATION 1 YR CORELSURE MAINTANCE	subscrição 12 meses	20	1.272,00	25.440,00
<b>LICENÇAS PERMANENTES - ITEM 29 AO 33</b>							
	29	27472	CORELDRAW GRAPHICS SUITE - EDUCACIONAL	perpétua	10	1.144,80	11.448,00
	30	27472	MICROSOFT OFFICE LTSC STANDARD 2024	perpétua	70	565,36	39.575,20
	31	27472	SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 11 PROFESSIONAL	perpétua	20	1.587,12	31.742,40
	32	27472	MICROSOFT WINDOWS SERVER 2022 STANDARD EDITION	perpétua	10	2.005,63	20.056,30
	33	27472	LICENÇA CAL (LICENÇA DE ACESSO PARA CLIENTE) MICROSOFT WINDOWS SERVER STANDARD 2022 - EDUCACIONAL	perpétua	3050	73,93	225.486,50
<b>GRUPOS 1 e 2 - LICENÇAS PERMANENTES COM SERVIÇOS + EQUIPAMENTO PERMANENTE</b>							
<b>1</b>	34	27472	SOFTWARE EKAHAU AI PRO SOFTWARE	perpétua	2	32.457,20	64.914,40
			SOFTWARE EKAHAU CONNECT	subscrição			

	35	27502	SUBSCRIPTION	12 meses	2	12.847,20	25.694,40
	36	27472	SOFTWARE EKAHAU AI PRO SOFTWARE	perpétua	2	32.457,20	64.914,40
2	37	449720	EKAHAU SIDEKICK II	equipamento permanente	2	51.113,20	102.226,40
	38	27502	SOFTWARE EKAHAU CONNECT SUBSCRIPTION	subscrição 12 meses	2	12.847,20	25.694,40
<b>Custo estimado Total da contratação</b>							<b>2.518.414,32</b>

1.2. O objeto desta licitação é caracterizado como bens permanentes e serviços comuns, uma vez que se trata de produtos de software padronizados e disponibilizados pelos fabricantes por meio de condições de comercialização usuais de mercado; podendo, portanto, ser contratado por meio de processo licitatório na modalidade pregão em sua forma eletrônica, conforme dispõem os Incisos XIII e XLI do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021. Os softwares constantes no objeto da presente contratação possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Trata-se de softwares que, **de posse das especificações contidas no ANEXO 1 - Termo de Referência**, os licitantes podem cotar preços oferecendo itens que já se encontram disponíveis de forma padronizada no mercado atual.

1.4. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.5. As quantidades constantes da relação **anexam serão fornecidas pela Licitante Vencedora, relativas a cada item, mediante a emissão da Nota de Empenho**, de acordo com o disposto neste Edital e condições expressas na proposta, **através de fornecimento parcial**, de acordo com as necessidades da Unidade Solicitante da UFSM.

1.6. O produto fornecido fora das especificações ficará sujeito à imediata substituição pelo fornecedor, sem qualquer ônus à UFSM.

1.7. Os descritivos e unidades a serem considerado na elaboração de proposta são os que constam no termo de referência emitido pela UFSM e devem ser os entregue a cada empenho pela licitante vencedora.

1.8. O prazo de vigência da contratação é de:

1.8.1. O prazo de vigência será de **12 (doze) meses**, a contar do recebimento definitivo do serviço, para as licenças de subscrição de 12 meses (itens 1, 3,4,5,6,7,8,9,10,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,35 e 38), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.8.2. O prazo de vigência será de **24 (vinte e quatro) meses**, a contar do recebimento definitivo do serviço, para as licenças de subscrição de 24 meses (item 11), na forma dos artigos 105 e 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.8.3. O prazo de vigência será de **36 (trinta e seis) meses**, a contar do recebimento definitivo do serviço para as licenças de subscrição de 36 meses (item 2), na forma dos artigos 105 e 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.8.4. O prazo de vigência do **será de 12 (doze) meses**, sem prorrogação, a contar do recebimento definitivo do serviço para o **item 27**, que, por se tratar de licença perpétua, tem uso vitalício, sendo o serviço de manutenção, entretanto, por 12 meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.8.5. Os demais itens (29, 30, 31, 32, 33, 34 e 36) trata-se de licenciamento de direitos permanentes de uso de software / programas computador, portanto é aquisição de produto perpétuo.

1.8.6 O item 37 é aquisição de produto / equipamento permanente que está dentro do grupo 2.

## **2. Fundamentação da contratação**

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação **está previsto no Plano de Contratações Anual 2024**, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

## **3. Descrição da solução**

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexados aos autos do presente processo, além das respectivas especificações técnicas detalhadas de cada item que estão discriminadas no Anexo 1 deste documento (ANEXO I - Especificações técnicas).

## **4. Requisitos da contratação**

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **4.1 Requisitos de negócios**

4.1.1 Atendimento dos objetivos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional e Plano Diretor de Tecnologia da Informação relativos às contratações de licenciamentos de softwares proprietários.

4.1.2. Garantir o funcionamento das unidades de ensino e administrativa da UFSM.

4.1.3 Atender a demanda existente, suprimindo a carência de softwares acumuladas pela falta de aquisição em anos anteriores, devido a falta de recursos.

4.1.5 Garantir a continuidade de disciplinas de ensino em laboratórios de informática que dependem das licenças de softwares.

## 4.2 Requisitos Legais

4.2.1 LEI nº 14.133, de 1 de abril de 2021, que Lei normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

4.2.2 INSTRUÇÃO NORMATIVA SGD/ME nº 94/2022: Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISIP do Poder Executivo Federal.

4.2.3 DECRETO Nº 10.818, DE 27 DE SETEMBRO DE 2021. Regulamenta o disposto no art. 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para estabelecer o enquadramento dos bens de consumo adquiridos para suprir as demandas das estruturas da administração pública federal nas categorias de qualidade comum e de luxo.

4.2.4 Outras legislações aplicáveis.

## 4.3. Requisitos temporais

4.3.1. O prazo de entrega dos serviços (licenças dos softwares) **devem ser disponibilizadas em até 10 (dez) dias corridos**, contados após a emissão da Nota de Empenho, em remessa única.

4.3.2. No que se refere aos **bens permanentes, com as chaves de ativação, o prazo de entrega é de até 20 (vinte) dias**, também contados do(a) emissão da Nota de Empenho, em remessa única.

4.3.3 **Quanto aos itens que estão nos grupos (grupo 1 e grupo 2) o prazo é de até 30 dias para a entrega**, contados do(a) emissão da Nota de Empenho, em remessa única.

## 4.4. Requisitos de Segurança e Privacidade

4.4.1 A Contratada deverá obedecer aos procedimentos operacionais adotados pela Contratante, no tocante à segurança da informação.

4.4.2 Em hipótese alguma, a Contratada poderá utilizar, divulgar ou fazer qualquer tipo de uso de informações privadas da Instituição obtidas em decorrência do funcionamento do mesmo.

4.4.3 Os equipamentos e materiais envolvidos nesta contratação devem estar de acordo com a Política de Segurança da Informação da UFSM, disponível em: <<https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proplan/resolucao-ufsm-n-121-2023>>

## 4.5. Requisitos de arquitetura tecnológica

4.5.1 Nos itens que são bens poderão ser indicados os fabricantes, (marca, modelo), além das versões (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021), visto que há necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela instituição.

4.5.2 Os softwares **deverão atender as especificações técnicas solicitadas no anexo 1**, deste documento.

#### **4.6. Requisitos de implementação**

4.6.1 A contratada deve fornecer todas as orientações de como acessar aos serviços, fornecer links de acesso, quando couber, bem como orientar aos usuários.

#### **4.6. Requisitos de implantação**

4.6.1 Todos os softwares serão instalados sob responsabilidade da contratante quando couber.

#### **4.7 Subcontratação**

4.7. 1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Sustentabilidade:**

4.8. No momento da entrega do produto **(Item 37)**, o mesmo deve ser acondicionado em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.8.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.8.2. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs). 4.5.2. Embalagens passíveis de reciclagem.

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

4.9. Os produtos fornecidos deverão contemplar garantia total compreendendo o suporte técnico a todos os componentes para cada item, quando couber, prestado pelo fabricante ou por assistência técnica no prazo mínimo de 12 meses, contados a partir do Termo Definitivo do Produto.

4.9.1. A assistência técnica, durante o prazo de garantia do equipamento deverá ser prestada no local da UFSM, salvo contrário, por questões técnicas e/ou operacionais a garantia tiver que ser prestada em outro local, o deslocamento será de responsabilidade da licitante vencedora, sem ônus à UFSM, com prazo de 15 dias corridos para retorno a UFSM.

4.9.2 O término do reparo não poderá ultrapassar o prazo de 72 (setenta e duas) horas, após o chamado da UFSM, inclusive quando o mesmo implicar troca de peças ou componentes.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

## Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega será conforme o item 4.3 deste Termo de Referência.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. **O item 37 do Termo de Referência deverá ser entregue** no seguinte endereço:

- Divisão de Patrimônio - Prédio 64B
- Universidade Federal de Santa Maria
- Endereço: Avenida Roraima, no 1000 Camobi - Santa Maria - RS CEP: 97015-105
- Telefone: (55) 3220-8322

5.4. **Os itens 20, 25, 26, 30, 31,32 e 33 deverão ser entregues por meio da conta administrativa da UFSM (tenant) que mantém o painel Microsoft O365 institucional** por se tratar de licenciamento CSP (Microsoft Cloud Solution Provider). As tratativas das entregas dos respectivos itens devem ocorrer no endereço eletrônico **compras.tic@ufsm.br**, pois as licenças ficarão sob responsabilidade do Centro de Processamento de Dados /UFSM, Campus Sede.

5.5 Os **demais itens** do Termo de Referência deverão ser entregues conforme o endereço disponibilizado na emissão da Nota de Empenho.

## 6. Modelo de gestão do contrato

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133 /2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133 /2021, art. 120).

6.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

6.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF. 6.10 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## **7. Critérios de medição e pagamento**

### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

#### **Recebimento**

7.1. Os bens/serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da qualidade e quantidade do material /serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à



empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, **correrá o prazo de dez dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.7.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.8.1. o prazo de validade;

7.8.2. a data da emissão;

7.8.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.8.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.8.5. o valor a pagar; e

7.8.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de crédito**

7.22. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.23. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.24. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.25. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.26. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO UNITÁRIO para o item 1 ao item 33.** Os demais itens são por grupo 1 (item 34 a 35) e o grupo 2 (item 36, 37 e 38) com o **critério MENOR PREÇO POR GRUPO.**

#### 8.1.2 CRITÉRIOS PARA ACEITE DAS PROPOSTAS

8.1.2.1 As propostas no sistema SRP devem, obrigatoriamente, **citar o fabricante, descrição e versão** do produto ofertado no sistema compras governamentais, sob pena de desclassificação caso não o faça.

8.1.2.2 Para o julgamento e classificação das propostas o pregoeiro **convocará aos licitantes** para o envio do anexo, contendo **os Catálogos do FABRICANTE** com **especificações técnicas detalhadas** que comprove o atendimento do descritivo no termo de referência. Os licitantes que apresentarem catálogos incompletos poderão ter sua proposta desclassificadas. O prazo máximo para o envio dos mesmos será informado pelo pregoeiro, via chat. Caso a licitante não cumpra o prazo estabelecido pelo pregoeiro, sua proposta poderá ser desclassificada.

8.1.2.3 Nos preços de cada produto deverão estar incluídos, obrigatoriamente, impostos, fretes, taxas e demais incidências.

**Forma de fornecimento**

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

**Exigências de habilitação**

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**Habilitação jurídica**

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

### **Qualificação Técnica**

8.17. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.17.1 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.18 Comprovação **de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação**, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso, admitindo-se, em caso de consórcio, o somatório dos quantitativos de cada consorciado.

8.18.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.18.2 As empresas deverão comprovar a aptidão para a prestação dos serviços em características e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestado(s)/certidão (ões)/declaração(ões) fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da licitante, admitindo-se, em caso de consórcio, do somatório dos quantitativos de cada consorciado, comprovando a execução satisfatória do fornecimento de produtos semelhantes às previstas na descrição de cada item em disputa em quantitativo a seguir:

a) não inferior a 50% do quantitativo previsto para o grupo 1 (itens: 34 e 35 ) e grupo 2 (itens 36, 37 e 38), item 19, 21, 22.

b) não inferior a 10% do quantitativo previsto para os demais itens: 1,2,3,4,5, 6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18, 20,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32 e 33.

8.19. A licitante deverá apresentar:

a) **Declaração formal** conforme o item 8.17 e 8.17.1 deste documento.

b) **Atestado(s) que comprovem a prestação de serviços** de fornecimento de licenças de software ou equipamentos, quando aplicável, em conformidade com o item 8.18.

c) **Declaração do licitante que ateste a não ocorrência do registro de oportunidade**, de modo a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme disposto na Instrução Normativa no 94, de 23 de dezembro de 2022.

d) **Documento em formato de declaração, emitido e assinado pelo fabricante**, destinado à revenda, distribuidor ou fornecedor, atestando seu reconhecimento oficial e aptidão para a comercialização dos produtos da marca.

8.20 A licitante deve disponibilizar, **quando solicitado**, todas as informações necessárias à comprovação de legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s), fornecendo, dentre outros

documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratador e local em que foram prestados os serviços.

8.21 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.22 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.23 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.24 Pela natureza do objeto a ser contratado, licenças de softwares pré-fabricados, sem serviços de desenvolvimento ou alocação de mão de obra, não será admitida a participação de cooperativas.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.518.414,32

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ **2.518.431,98** (dois milhões quinhentos e dezoito mil quatrocentos e trinta e um reais e noventa e oito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

SERVIÇOS DO ITEM 1 AO 28					
GRUPO	ITEM	Descrição	QT	Valor unitário R\$	Valor Total R\$
	1	ADOBE CREATIVE CLOUD VIP TEAMS ALL APPS - EDUCACIONAL NAMED LICENSE	40	2.012,94	80.517,60
	2	ADOBE CREATIVE CLOUD VIP TEAMS ALL APPS - EDUCACIONAL NAMED LICENSE	10	6.395,51	63.955,10
	3	ADOBE ACROBAT PRO DC VIP TEAMS SINGLE APP - EDUCACIONAL NAMED LICENSE	20	1.208,40	24.168,00
	4	ADOBE INDESIGN VIP TEAMS SINGLE APP - EDUCACIONAL NAMED LICENSE	10	1.208,40	12.084,00
	5	ADOBE PHOTOSHOP VIP TEAMS SINGLE APP - EDUCACIONAL NAMED LICENSE	10	1.208,40	12.084,00
	6	ADOBE ILLUSTRATOR VIP TEAMS SINGLE APP - EDUCACIONAL NAMED LICENSE	10	1.208,40	12.084,00
	7	ADOBE CREATIVE CLOUD VIP ENTERPRISE ALL APPS - EDUCACIONAL SHARED DEVICE EDUCATION LICENSE LAB AND CLASSROOM	60	1.590,00	95.400,00
	8	CANVA PROFESSIONAL	40	472,76	18.910,40
	9	CANVA EQUIPES	30	858,60	25.758,00

	10	DB2 LICENCIAMENTO DE RENOVACÃO IBM DB2 STANDARD EDITION VPC OPTION VIRTUAL PROCESSOR CORE LICENCE	16	9.644,57	154.313,12
	11	DB2 LICENCIAMENTO DE RENOVACÃO IBM DB2 STANDARD EDITION VPC OPTION VIRTUAL PROCESSOR CORE LICENCE	16	20.253,61	324.057,76
	12	ATLASSIAN TRELLO - TRELLO PREMIUM	20	743,99	14.879,80
	13	CAPCUT PRO	10	365,59	3.655,90
	14	SOFTWARE IBM SPSS AMOS CONCURRENT USER PARA USO EM LABORATÓRIO	50	9.885,72	494.286,00
	15	SOFTWARE IBM SPSS STATISTICS STANDARD CONCURRENT USER	40	5.227,79	209.111,60
	16	SKETCHUP PRO EDUCATIONAL PARA LABORATORIOS EM REDE	40	313,49	12.539,60
	17	SOFTWARE SMARTPLS 4 PROFESSIONAL ACADEMIC - LICENÇA FLUTUANTE	40	3.761,94	150.477,60
	18	SOFTWARE SMARTPLS 4 PROFESSIONAL ACADEMIC - LICENÇA NOMEADA	20	1.880,44	37.608,80
	19	SISTEMA DE CONTROLE DE MATERIAIS COM FORNECIMENTO DE LEITOR DE CÓDIGO DE BARRAS	2	2.060,00	4.120,00
	20	SOFTWARE MINECRAFT EDUCATION EDITION	50	46,78	2.339,00
	21	SOFTWARE SNOV.IO PRO	2	5.381,57	10.763,140
	22	SOFTWARE CONTROLE NUTRICIONAL DIETBOX	2	900,45	1.800,90
	23	SOFTWARE INTELLIJ IDEA ULTIMATE EDUCACIONAL	5	1.793,64	8.968,20
	24	SOFTWARE MAXQDA ANALYTICS PRO ACADEMIC	10	1.625,24	16.252,40
	25	SOFTWARE PROJECT PLAN 3 FOR FACULTY EDUCACIONAL	40	430,03	17.201,20
	26	MICROSOFT POWER BI PRO FOR FACULTY	80	208,05	16.644,54
	27	SOFTWARE NVIVO 14 ACADEMIC	20	2.862,09	57.241,80
	28	SOFTWARE CORELDRAW GRAPHICS SUITE EDUCATION 1 YR CORELSURE MAINTANCE	20	1.272,00	25.440,00
<b>LICENÇAS PERMANENTES - ITEM 29 AO 33</b>					
	29	CORELDRAW GRAPHICS SUITE - EDUCACIONAL	10	1.144,80	11.448,00
	30	MICROSOFT OFFICE LTSC STANDARD 2024	70	565,36	39.575,20
	31	SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 11 PROFESSIONAL	20	1.587,12	31.742,40
	32	MICROSOFT WINDOWS SERVER 2022 STANDARD EDITION	10	2.005,63	20.056,30
	33	LICENÇA CAL (LICENÇA DE ACESSO PARA CLIENTE) MICROSOFT WINDOWS SERVER STANDARD 2022 - EDUCACIONAL	3050	73,93	225.486,50
<b>GRUPOS 1 e 2 - LICENÇAS PERMANENTES COM SERVIÇOS + EQUIPAMENTO PERMANENTE</b>					
1	34	SOFTWARE EKAHAU AI PRO SOFTWARE	2	32.457,20	64.914,40
	35	SOFTWARE EKAHAU CONNECT SUBCRIPTION	2	12.847,20	25.694,40
2	36	SOFTWARE EKAHAU AI PRO SOFTWARE	2	32.457,20	64.914,40
	37	EKAHAU SIDEKICK II	2	51.113,20	102.226,40
	38	SOFTWARE EKAHAU CONNECT SUBCRIPTION	2	12.847,20	25.694,40
<b>Custo estimado Total da contratação</b>					<b>2.518.414,32</b>

### CUSTO ESTIMADO EM SERVIÇOS

R\$ 1.958.050,72 (Um milhão, novecentos e cinquenta e oito mil, cinquenta reais e setenta e dois centavos)

### CUSTO ESTIMADO EM LICENÇAS DE SOFTWARES PERMANENTES

R\$ 458.137,20 (Quatrocentos e cinquenta e oito mil, cento e trinta e sete reais e vinte centavos)

### CUSTO ESTIMADO EM EQUIPAMENTO

R\$ 102.226,40 (Cento e dois mil duzentos e vinte e seis reais e quarenta centavos)

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será indicada por ocasião da emissão da Nota de Empenho ou de outro instrumento hábil.

## 11. Condições da Contratação

### 11. Das condições da contratação

11.1. O Objeto da licitação, de acordo com as demais condições constantes no Termo de Referência, edital de licitação e Termo de Julgamento da Licitação, faz parte integrante deste documento, independente de transcrição.

11.1.1. Da Formalização da contratação: A presente contratação será formalizada pela emissão de Nota de Empenho.

11.1.2. O Aceite da Nota de Empenho, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

a) **Referida Nota de empenho está substituindo o contrato**, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

b) a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no aviso de dispensa/termo de referência e seus anexos.

### 11.2. Do Prazo de execução:



11.2.1 O prazo deve seguir o item 4.3 deste documento.

### 11.3. Das Condições de Recebimento do Objeto

11.3.1. A entrega do bem/serviço deverá ser atestada pela UFSM, que aferirá a sua conformidade com as especificações constantes no Processo retro citado e condições do Termo de Referência.

11.3.2. O servidor responsável pelo acompanhamento da execução do objeto formalizará o seu recebimento na própria nota fiscal e/ou fatura correspondente.

11.3.3. O Contratado se obriga a efetuar, a qualquer tempo, a substituição do objeto/serviço rejeitado, se este apresentar divergências relativas às especificações constantes no referido processo.

11.4. Do Preço os valores da presente contratação estão disponíveis no Termo de Julgamento da Licitação, que faz parte integrante deste documento, independente de transcrição.

### 11.5. Faturamento

11.5.1. A nota fiscal, e/ou fatura, deverá ser emitida em nome da UFSM.

### 11.6. Do Pagamento

11.6.1. As condições de pagamento estão previstas no item 7 do Termo de Referência.

### 11.7. Do Descumprimento contratual

11.7.1. Em caso de manifestação de desistência do fornecedor, fica caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, consoante o estabelecido no Art. 155 da Lei nº 14.133/2021, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

### 11.8. Das Obrigações

#### 11.8.1. São obrigações do Contratante:

11.8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

11.8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado; 11.8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

11.8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

11.8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.8.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

### **11.9. Das obrigações do Contratado**

11.9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

11.9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

11.9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

11.9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros. 1

1.9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação constantes no edital da licitação;

11.9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

11.9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

11.9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

## **11.10. Da Garantia de execução**

11.10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **11.11. Das Infrações e sanções Administrativas**

11.11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

1. Der causa à inexecução parcial do contrato;
2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
3. Der causa à inexecução total do contrato;
4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
4. Multa. As multas da presente contratação constam no edital da licitação, independente de transcrição.

11.12. Da Extinção Contratual: A eventual extinção do ajuste se dará nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, não cabendo, ao Contratado, direito a qualquer indenização. O contratado reconhece que as hipóteses de extinção contratual são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.

#### 11.13. Do Foro

11.13.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Santa Maria/RS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**LUCIMARA DALLA PORTA MENEZES FRIEDRICH**

Membro da comissão de contratação

**ALINE EGGRES DE CASTRO**

Membro da comissão de contratação

**FABIO ANDRE BARCELOS**

Autoridade competente